

**PSICOLOGIA HISTÓRICO-
CULTURAL: uma breve
apresentação de suas
categorias analíticas**

**HISTORICAL-CULTURAL
PSYCHOLOGY: a brief
presentation of its analytical
categories**

*Francélio Ângelo de Oliveira (Dr.)**



Imperatriz (MA), v. 4, n. 6, p. 57-69, jan./jun. 2022
ISSN 2675-0805

Recebido em: 7 de junho de 2022
Aprovado em: 22 de agosto de 2022

RESUMO

Este trabalho consiste numa discussão de cunho bibliográfico e tem por objetivo apresentar as principais categorias da Psicologia histórico-cultural advindas do materialismo histórico e dialético. No que concerne a esta pesquisa, destacamos as seguintes categorias: historicidade, dialética, totalidade, significado e sentido. Entre os autores que balizaram o estudo, citamos Marx (1989), Konder (2008), Lukács (2009), Netto (2011) e Vygotsky (2008). A relevância dessa discussão se assenta na possibilidade de entender as múltiplas determinações geradas a partir da relação com o conjunto de mecanismos externos e internos que constituem o sujeito. Portanto, destaca-se a relevâncias das categorias enquanto instrumentos por meio dos quais podemos apreender a realidade concreta produzida e experienciada pelo conjunto dos homens e mulheres em suas relações sociais que ocorrem em um dado momento histórico.

Palavras-chave: Psicologia histórico-cultural. Materialismo histórico e dialético. Categorias.

ABSTRACT

This work consists of a bibliographic discussion and aims to present the main categories of historical-cultural psychology arising from historical and dialectical materialism. Concerning this research, we highlight the following categories: historicity, dialectic, totality, meaning and sense. Among the authors who guided the study, we cite Marx (1989), Konder (2008), Lukács (2009), Netto (2011) and Vygotsky (2008). The relevance of this discussion is based on the possibility of understanding the multiple determinations generated from the relationship with the set of external and internal mechanisms that constitute the subject. Therefore, the relevance of the categories is highlighted as instruments through which we can

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE/Campus Quixadá-CE; E-mail: oliveira.angelo@ifce.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8133-7531>

apprehend the concrete reality produced and experienced by the group of men and women in their social relations that occur in a given historical moment.

Keywords: Historical-cultural psychology. Historical and dialectical materialism. Categories.

1 Introdução

Este trabalho consiste numa discussão de cunho bibliográfico com a finalidade de apresentar as principais categorias da Psicologia histórico-cultural advindas do materialismo histórico e dialético. Esta teoria psicológica é resultado do esforço de um grupo de intelectuais, dentre os quais podemos citar Lev Semenovich Vygotsky, Alexis Nikolaevich Leontiev e Alexander Romamovich Luria. Tais estudiosos se debruçaram com o intuito de construir um aporte teórico sólido que superasse a compreensão da psique humana de modo apartado da realidade material e concreta (MARTINS, 2012).

Para a Psicologia burguesa da época em que atuaram Vygotsky, Leontiev e Lúria, era preciso desvincular o sujeito dos processos sociais ocorridos em seu tempo histórico para dar vida a uma forma de ser totalmente responsável por seus sucessos e fracassos em um modo de produção que se estrutura por meio do acúmulo de riqueza, alcançada por meio da exploração do trabalho assalariado. Entretanto, o movimento produzido pelo modo de produção capitalista em ascensão despontava gerando dualidades e desigualdades e, por isso, demandava a existência de estruturas ideológicas que configurassem uma aparência que negasse a essência, ocultando assim seu verdadeiro propósito.

A partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, compreende-se que categorias são construções resultantes do trabalho intelectual dos sujeitos cognoscentes voltadas à apreensão da realidade que é inteligível, na medida em que esse real é devidamente relacionado com o conjunto das construções históricas e culturais nas quais se desdobram os fenômenos (AFANASIEV, 1968).

Desse modo, as categorias são instrumentos por meio dos quais podemos apreender a realidade concreta produzida e experienciada pelo conjunto dos homens e mulheres em suas relações sociais que ocorrem em um dado momento histórico (AFANASIEV, 1968).

Na perspectiva de Cury (1995), na compreensão marxista da realidade, as categorias perdem sentido no instante em que se apartam da realidade objetiva e da dinâmica que a produz. Portanto, há que se conceber a realidade de modo indissociável de seu tempo histórico e das construções sociais que a compõem. A esse respeito, Cury nos adverte que as categorias

[...] não são formas puras que dão conta de toda e qualquer realidade para todo o sempre. Elas são relativas, ao mesmo tempo, ao real e ao pensamento, ou seja, a todo o movimento no real e no pensamento. Daí o fato de tanto pertencerem ao campo do conhecimento quanto indicarem

os aspectos objetivos do fenômeno. As categorias, pois, só se dão como tais no movimento e a partir de um movimento. Consideradas isoladamente, tornam-se abstratas. Presentes em todo fenômeno, isolá-las do movimento significa torná-las objetos de contemplação e negá-las como um ponto nodal que tenta expressar, pelo movimento do pensamento, o movimento do real (1985, p. 22).

Por essa razão, as construções sócio-históricas não são lineares, ou ainda não seguem um curso evolucionista e contínuo. Antes, a história é tecida por contradições, rupturas e descontinuidades. Nessa direção, não há, pois, como analisar um fenômeno que se manifesta em uma sociedade que se assenta no modo de produção capitalista sem considerar as determinações e mediações que são produzidas na dinâmica que constitui as relações sociais desse momento histórico. Frente a essa perspectiva, é possível afirmar que:

[...] As categorias são históricas e transitórias: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (um exemplo: trabalho assalariado). [...] para Marx, “a sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida, mais diferenciada da produção” – vale dizer: a mais complexa de todas as organizações da produção até hoje conhecida [...]. (NETTO, 2011, p. 46 – grifo do autor).

Os pressupostos produzidos por Marx revelam que a teoria não se dicotomiza do método. Em outras palavras, teoria e metodologia são instâncias indivisíveis. Assim, não há como cristalizar *modus operandi*, regras, caminhos preconcebidos, técnicas ou receitas prontas para a apreensão dos dados. Isso porque o real se modifica de acordo com a dinâmica engendrada no decorrer do curso da história. Por isso, as categorias se vinculam à ontologia do ser social, razão pela qual são transitórias e se modificam para se acomodarem na inteligibilidade de um momento histórico.

Em seguida, discutiremos as seguintes categorias: historicidade, dialética, totalidade, significado e sentido. Estas serão instrumentos a partir dos quais tornar-se-á possível uma análise mais crítica da realidade, considerando sua complexidade constitutiva em face da dialética existente entre aparência e essência.

2 Historicidade e humanidade: implicações nos modos de ser, saber, fazer e nas relações sociais

Homens e mulheres são seres históricos, pois produzem suas condições de existência dentro de determinados contextos sócio-históricos. Se a ação humana é situada historicamente, compreender determinado fenômeno passa necessariamente pela compreensão do cenário histórico em que ele ocorreu. Dentro dessa perspectiva, poder-se-ia dizer que os seres humanos produzem suas existências por meio do trabalho assentado em uma dada temporalidade (SAVIANI; DUARTE, 2010).

Os acontecimentos que se tornam objetos da ciência, contemporâneos ou antigos, ocorrem dentro de determinadas condições históricas e culturais. No entanto, descortinar tais fenômenos sem relacioná-los às suas determinantes históricas seria como a tentativa de realizar um mapeamento genético de determinado sujeito sem levar em conta as informações trazidas de seus progenitores. Com isso, não queremos dizer que localizar e situar historicamente um determinado acontecimento seria o suficiente para desvendar a síntese produzida pelo sujeito.

[...] Para progredir destes fatos para fatos no verdadeiro sentido da palavra, há que se penetrar no seu condicionamento histórico como tal a abandonar o ponto de vista segundo o qual eles são dados como imediatos: há que submetê-los ao tratamento histórico-dialético [...] (LUKÁCS, 1974, p. 22).

O próprio termo “sujeito”, sugerido por Karl Marx, predispõe a possibilidade de transformação mesmo sob as múltiplas determinações a que são submetidos os indivíduos. Assim, o curso da história pode ser modificado pela ação humana, sem perder de vista, pois, os fundamentos naturais nos quais repousam essa ação e se tornam a base para essas ações, tal como nos mostram Marx e Engels (1982, p. 27):

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal destes indivíduos e, por meio disto, sua relação dada com o resto da natureza [...]. Toda historiografia deve partir destes fundamentos naturais e de sua modificação no curso da história pela ação dos homens.

A produção humana, quer seja material ou imaterial, é efetivada mediante suas ações que se realizam em uma dada cultura e em um tempo histórico. Esse mecanismo chamado cultura funciona como instrumento de ampliação das possibilidades humanas, age como mecanismo de mediação objetiva e concreta e atua tanto no âmbito material quanto intangível. As produções simbólicas também integram o conjunto de produções humanas e realizam mediações semióticas e modificam a estrutura interna dos homens. Paty (2005, p. 375) baliza que:

Quando dizemos que uma representação simbólica, uma ciência ou um elemento particular de saber foram elaborados ou construídos ‘na sociedade’, exprimimos, na realidade, a ideia de que eles o foram pelos meios e nas formas próprias do pensamento humano, no estado de existência de uma sociedade caracterizada no tempo e no espaço, e de seus saberes adquiridos e valores aceitos.

Faz-se necessário situar o que significa, portanto, a ideia de historicidade, haja vista o fato de tal categoria ser utilizada como conceito e, ao mesmo tempo, método de análise dos fenômenos que, articuladamente, compõem a realidade. Paty (2005) interroga-se sobre o significado de historicidade, visto que o próprio

significado da categoria história não ocorre isoladamente de uma conjuntura histórica e, portanto, sobre suas determinações e modificações. Frente a tal indagação, o autor faz um recorte, que não se dissocia do momento e do lugar na história a partir do qual tece suas considerações, e aponta para uma historicidade como produção científica, e, portanto, humana, em uma determinada temporalidade.

Conhecer, pois, o produto da ação humana no passado, incluindo sua produção simbólica ou semiótica, permite-nos ter acesso aos desdobramentos históricos que resultaram na tessitura da realidade vigente. Logo, conhecer determinado fenômeno conduz-nos a relacioná-lo com a totalidade da realidade histórica que o produziu, bem como a partir da análise de sua evolução histórica.

3 Dialética: contradições que produzem movimento do real

Diante da concepção em que se compreende o homem como sujeito histórico, ou seja, que produz a si mesmo mediante a construção de suas condições de existência, situado em um contexto histórico e cultural, o homem tem, no trabalho, o meio pelo qual pode transformar a natureza e a si mesmo, ao mesmo tempo em que se transforma no que poderíamos chamar de metabolismo constante. Portanto, de acordo com Marx (1989, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza, externam a ele e, ao modificá-la, ele modifica ao mesmo tempo a sua própria natureza.

Por meio da cultura, que funciona como um ampliador das potencialidades humanas, o homem pode criar os meios de sua existência ao mesmo tempo em que cria a si mesmo. Ao modificar a natureza e modificar-se, produz contradições que provocam constantes ciclos de mudanças, o que podemos chamar de movimento contraditório ou dialético. Para Konder (2008, p. 7), dialética “[...] é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória, e em permanente transformação”.

Portanto, a realidade é composta de contradições em que esses contrários dão origem a novas instâncias da realidade diferentes das anteriores, mas que trazem em seu cerne os contrários para modificarem-se em um novo ciclo. A dialética, portanto, “[...] não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto a contradição entre as partes como a união entre elas” (KONDER, 2008, p. 44).

A dialética homem-sociedade ou sujeito-meio elabora-se por meio dos processos de apropriação e objetivação. Com isso, depreende-se que o homem não

é sujeito passivo das múltiplas determinantes sociais, senão sujeito de sua produção, sendo, assim, produto da mesma sociedade que historicamente produziu (MARTINS, 2015).

Para compressão de uma dada realidade ou fenômeno, há que se fazer brotar ou acessar as unidades contraditórias que lhe deram origem. Ou seja, devem-se apreender as especificidades de cada polo opositor, de modo a capturar a ação singular de cada um, bem como a ação conjunta destes para, então, chegarmos à sua essência (GADOTTI, 1983).

O movimento histórico possui um caráter dinâmico que é conferido a partir das constantes superações dialéticas. Essas contínuas transformações trazem em seu bojo a sua negação. Ao mesmo tempo em que rompem com as velhas estruturas, há sempre a preservação ou permanência do que é anterior, perpetuando, assim, o caráter contraditório expresso por meio dos opostos novo-velho (KONDER, 2008).

A partir do método dialético, torna-se possível a análise de um dado fenômeno contemporâneo através da observância do passado histórico que o originou. Isso porque, nessa relação presente-passado, os elementos históricos determinam a ação humana, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Dentro dessa perspectiva, “[...] ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que ‘ainda não é’” (KONDER, 2008, p. 82).

Cumprе ressaltar que, muito embora o método objetivo apreender a síntese promovida pela relação entre os contrários, tal aquisição só se torna possível a partir da apreensão das unidades opositoras, sem a qual não se pode compreender o todo. “Em cada realidade, precisamos apreender suas contradições peculiares, o seu movimento peculiar (interno), a sua qualidade e as suas transformações bruscas” (GADOTTI, 1983, p. 32).

Assim, para apreensão dos fenômenos em suas dimensões mais estáveis, torna-se imprescindível relacioná-lo com o processo mais abrangente ao qual pertence. Ou seja, um dado recorte da realidade não pode ser analisado quando não relacionado com totalidade àquilo de que faz parte. Os estudos sobre a subjetividade humana, por exemplo, embora expressem a síntese de um determinado contexto histórico e cultural, só ganham força se localizadas as zonas de sentido, ou seja, relacionando-as com a amplitude da realidade ao que o constituiu. Para Konder (2008, p. 52), “[...] não podemos ter uma visão correta de nenhum aspecto estável da realidade se não soubermos situá-lo dentro do processo geral de transformação a que ele pertence”.

Sem pretender entrar no terreno da discussão entre as leis gerais estáveis ou imutáveis que integram a linha de raciocínio dialético idealista, optamos por explicitar alguns princípios que parecem mais consensuais ao expressar a dinâmica do que então ficou conhecido como método dialético na perspectiva materialista. Assim, quatro são os princípios pelos quais nos norteamos para uma compreensão dialética, a saber: 1) tudo se relaciona; 2) tudo se transforma; 3) mudança qualitativa; 4) e unidade e luta dos contrários.

O princípio que se traduz por tudo *se relaciona* é expresso a partir da ideia de que, embora complexa, a natureza se constitui um “todo”, com suas partes e acontecimentos interligados entre si. Isso nos leva à compreensão de que, ao estudar determinado fenômeno, faz-se necessário relacioná-lo com suas causas mais gerais. Isso porque “[...] o método dialético leva em conta a ação recíproca e examina os objetos e fenômenos buscando entendê-la na totalidade concreta” (GADOTTI, 1983, p. 24).

Outro princípio que compõe a concepção e o método dialético na compreensão marxista é o de que tudo se transforma. A dialética, pois, compreende o percurso das coisas em seu “vir-a-ser”. Dentro dessa perspectiva, homem, natureza e sociedade não são instâncias prontas e acabadas, pois se transformam mutuamente numa contínua e contraditória impermanência. Para Gadotti (1983), a causa ou vetor dessas transformações é a própria luta interna, pois o interior é um todo inacabado e informe.

Do mesmo modo, a dialética traz em sua constituição o princípio da mudança qualitativa. Ou seja, as mudanças não ocorrem de maneira esférica ou em constantes círculos nos quais os fenômenos se repetem de maneira difusa ou prolixa. Essas mudanças ocorrem a partir da concentração ou das sucessivas mudanças quantitativas que, ao condensarem-se, dão um salto qualitativo ou a produção de algo novo, diferentemente das quantidades que as originaram.

Ao compreendermos que tudo se relaciona, transforma-se e que essas mudanças ocorrem a partir de saltos qualitativos promovidos por apropriações quantitativas, chegamos à instância que podemos chamar de núcleo do movimento dialético, que é a unidade e luta dos contrários. O interior do movimento dialético é sempre um lugar em constante ebulição, uma vez que

[...] a transformação das coisas só é possível porque no seu próprio interior coexistem forças opostas tendendo simultaneamente à unidade e à oposição. É o que chamamos de contradição, que é universal, inerente a todas as coisas materiais e espirituais. A contradição é a essência ou a lei fundamental da dialética (GADOTTI, 1983, p. 26).

Assim, ao analisar determinado fenômeno que se processa em uma situada conjuntura histórica e cultural, há que se considerar a sua relação com a totalidade das coisas, as suas sucessivas apropriações quantitativas até a consolidação de mudanças qualitativas no sentido de constituir uma nova qualidade ao fenômeno modificado.

4 A realidade enquanto complexo multideterminado: discutindo a dimensão da totalidade

O termo “totalidade”, quando analisado a partir de impressões imediatas, parece pretensioso de ser alcançado frente a qualquer que seja o fenômeno. Quando falamos de pesquisas, o “peso” de encontrar respostas coerentes a partir dos métodos definidos se acentua. Isso porque o pesquisador deve estar ciente das possibilidades e limites de sua pesquisa, haja vista que a realidade se transforma

constantemente e o lugar de quem pesquisa é apenas um farol no oceano, ou um recorte da realidade vista de um ângulo. Desse modo, partir-se-á do seguinte questionamento para a construção da categoria totalidade: é possível o pesquisador apreender a totalidade do fenômeno ao qual se propõe pesquisar?

É fundamental destacar que a noção de todo ou de conjunto é permanentemente transitória, uma vez que “[...] cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco das circunstâncias históricas determinadas e concretas” (LUKÁCS, 2009, p. 59).

Contudo, a consciência da relatividade e da transitoriedade da totalidade que se assenta ou se concretiza no próprio acontecimento histórico não deve desencorajar a compreensão do fenômeno em sua máxima amplitude, pois é através da síntese ou do resultado das relações contraditórias que se tecem no “terreno” da história que se encontram as bases para o desvelamento ou a elucidação da realidade ou das estruturas mais estáveis que determinam os acontecimentos, o que chamamos de totalidade.

Partindo desse pressuposto, em que entendemos a realidade como síntese de múltiplas determinações e, por ocorrer no transcurso da história e modificar-se permanentemente, mais do que um conceito, compreende-se a totalidade como categoria metodológica. Ou seja, ao analisar um determinado fenômeno e localizar as estruturas que o compõem, as relações estabelecidas entre estas e as unidades opostas mínimas que integram o seu núcleo, deve-se relacionar com o sistema mais macro para que haja uma compressão das sínteses ou produções mais gerais que regem o complexo dessa dada realidade em estudo (LÖWY; NAÏR, 2005).

Conhecer, pois, uma vertente do todo não promove em si o conhecimento do todo. O conhecimento, ainda que aprofundado ou especializado das partes fragmentadas do todo, não oportuniza o acesso nem ao todo nem às partes que o compõem, porque a dimensão do todo está presente nas partes que o sintetizam e confere unidade mediante a relação que estabelece com esse todo e suas partes, evidenciando que o todo não é a mera junção de partes, haja vista que,

[...] numa totalidade, o conhecimento das partes e do todo pressupõe uma reciprocidade, pois o que atribui significado, tanto ao todo quanto às suas partes, são determinações arranjadas em relações, que transcorrem e completam o todo, de modo que não pode haver conhecimento de um todo ou de partes dele se amputada sua totalidade. (CARVALHO, 2008, p. 52).

É relevante destacar que a totalidade que se busca na pesquisa não se resume tão somente à compreensão da realidade objetiva desconsiderando dialeticamente a realidade subjetiva como polo constituinte de cada fenômeno humano ou social. “Em outras palavras, apreender a realidade objetual como totalidade implica, também, encarar o sujeito como uma totalidade. Na sociedade moderna, as classes sociais são representativas dessa totalidade subjetiva” (HÚNGARO, 2001, p. 189).

A totalidade é, por assim dizer, constituída de categorias e das relações entre estas; isso encerra a discussão de que o todo seria a soma das partes, pois, embora as partes contenham o todo, as relações que se tecem no interior dessa totalidade são produzidas por mediações inerentes ao movimento relacional que o concretiza.

De acordo com Carvalho (2008), há um percurso ou caminho para se apreender a totalidade, consideradas as suas constantes transformações e contradições. O alcance da totalidade ocorre, portanto, por meio da hierarquização dos componentes das estruturas integrantes do fenômeno em estudo. Em outras palavras, dentro das relações estabelecidas e mediadas no interior desse todo existem polos dominantes que influenciam e exercem determinações que se alternam e movimentam esse todo. Desvelar a essencialidade dessa dinâmica parece oferecer condições para a apreensão do fenômeno estudado.

O ponto de partida de uma pesquisa ocorre mediante as inquietações do pesquisador frente a uma empiria ou concretude de uma realidade que a ele se apresenta. A partir de então, dá-se origem a uma investigação que tem como objetivo a produção de um conhecimento. “Deste momento em diante, começa a refinar sua pesquisa, seu entendimento do objeto, procurando chegar ao concreto pensado, que se caracteriza por ser um concreto cientificamente descrito e explicado” (NUNES, 1981, p. 41).

Assim, é mister destacar que não compreendemos a totalidade como a junção ou concentração de todos os fatos ou fenômenos da realidade que se pretende apreender. Buscamos, desse modo, compreender a realidade como um complexo ou um todo estruturado, que é dialético, que se relaciona por meio de mediações e, portanto, é passível de ser compreendido a partir de um elemento ou singularidade, desde que, relacionado com esse todo, traduza a síntese das múltiplas determinações que o constituiu.

5 Significado e sentido: a dialética sujeito-meio e suas contradições

Para Vygotsky (2008), o significado da palavra pode ser entendido como uma generalização, que sintetiza a realidade a partir de um movimento que supera as impressões sensório-perceptuais ou imediatas, como um substrato mais complexo e abstrato que permite refletir a realidade de maneira mais elaborada do que as impressões mais simples resultantes da captação dos sentidos. Portanto, “[...] a generalização é concebida como o fundamento e a essência da palavra” (GÓES; CRUZ, 2006, p. 36).

Seguindo na mesma direção, Vygotsky (2008) fala que o significado da palavra é uma ocorrência do pensamento verbal, ou seja, da fala permeada de significado. Desse modo, o significado vem a ser o resultado da convergência ou união entre a palavra e o pensamento. Isso pode ser visto quando, no capítulo VII da obra *Pensamento e Linguagem*, o autor elabora uma ilustração para demonstrar o movimento de evocação a partir do qual a palavra traz à tona a produção do pensamento. Trata-se do fato de que, assim como um casaco de um amigo nos faz lembrar dele ou como uma casa faz lembrar seus moradores, a palavra nos chama o pensamento. Ou seja, é a palavra o que poderíamos chamar de “objeto invocador” do pensamento ou o substrato por meio do qual se pode emergir o pensamento.

Apesar de a estrutura da linguagem ser uma condição ou possibilidade humana constituída histórica e culturalmente, os signos se modificam exatamente por estarem em estreita relação com as determinantes históricas. Assim, “[...] na evolução histórica da linguagem, a própria estrutura do significado e a sua natureza psicológica mudam” (VYGOTSKY, 2008, p. 152).

As mudanças a que os signos são submetidos frente às determinantes históricas e culturais não ocorrem exclusivamente na carga de conteúdos que a palavra traz. Essas modificações ocorrem na generalidade que se reflete na palavra, nas novas relações que se estabelecem entre sujeito-meio e entre sujeitos, de modo que o espelhamento que se reflete na palavra sintetiza novos significados dados às novas realidades conjunturais (VYGOTSKY, 2008).

Enquanto o significado – que é construído sempre de maneira situada histórica e culturalmente e, portanto, síntese de múltiplas determinações – é entendido como essa unidade entre palavra e pensamento, o sentido é uma zona mais profunda e estável e ocorre a partir da transformação oriunda da junção de fenômenos psicológicos trazidos à consciência por meio da palavra.

Assim, o sentido surge das diversas experiências individuais do sujeito, que, na relação com o social, transforma-o mediante a síntese de múltiplas determinações, que é a expressão da relação dialética entre subjetividade e objetividade evocada por meio da fala emocionada do sujeito. Quanto aos elementos contraditórios presentes na relação entre significado e sentido, Góes e Cruz (2006, p. 36) explicitam:

Na riqueza dessa formulação, apesar dos aspectos lacunares ou ambíguos já mencionados, a polissemia é posta no centro da linguagem – tanto interna como externa, apesar de suas diferenças funcionais e estruturais. Fica sugerido, mais geralmente, que a relação entre significado e sentido é uma dialética de forças que compõem a significação da palavra, que não deve ser ignorada no estudo de qualquer dos processos humanos.

Logo, o sentido como núcleo de uma produção subjetiva que se realiza por meio da relação do sujeito com os elementos históricos e culturais nos quais está inserido confere a esse indivíduo a possibilidade de transformação mediante a interpretação ou síntese na qual o sujeito imprime os elementos de suas singularidades. Portanto, “[...] o sentido das palavras depende conjuntamente da interpretação do mundo de cada qual e da estrutura interna da personalidade” (VYGOTSKY, 2008, p. 333).

Na perspectiva de Vygotsky, o sentido tem preeminência sobre o significado. Isso porque o sentido sintetiza os eventos psicológicos que a palavra aguça na consciência do sujeito. Ou seja, o sentido catalisa um conjunto de construções psicossociais que atravessam o indivíduo e compõem a sua psique. Tais construções são produzidas a partir da relação dialética sujeito-meio que se assenta em bases sociais, mas são superadas pelas construções históricas, sociais e pessoais mutuamente constituídas.

É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual. O significado é apenas uma das zonas do sentido. A mais estável e precisa. Uma palavra adquire seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido. O significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido (VYGOTSKY, 2008, p. 125).

Os sentidos emanam do repertório experiencial do sujeito que compõe sua estrutura psíquica. Por isso, o sentido é sempre articulado a um conjunto de construções internas e o significado é uma de suas camadas. Assim, para acessar as zonas de sentidos, é necessário considerar o sujeito e suas experiências pessoais, que são mediadas por múltiplas relações. Nessa direção, o sentido provém do sujeito tal qual “[...] uma palavra deriva seu sentido do parágrafo; o parágrafo do livro; o livro do conjunto das obras do autor” (VYGOTSKY, 2008, p. 125).

Por meio da discussão das instâncias significado e sentido, evidencia-se o caráter opositor ou contraditório como premissa e possibilidade de transformação através dos tensionamentos entre os polos, suas determinações e movimentos de mudança. Os signos são produzidos na esteira de uma temporalidade histórica. Os sentidos são oriundos dos elementos internos que se produzem no sujeito através de seus processos relacionais que, do mesmo modo, são situados histórica e culturalmente. No entanto, o próprio sentido que reflete os elementos da personalidade do indivíduo pode ser evocado por meio da palavra com significado, pois evoca e dá materialidade ao pensamento.

6 Considerações Finais

A compreensão de sujeito está vinculada à dimensão dialética e à complexidade que constitui o ser humano a partir de um constante diálogo entre indivíduo e sociedade. Essa relação se organiza de modo multideterminado ou plurifacetado em que um atua sobre o outro e se constrói mutuamente. Tais determinações não ocorrem de maneira tranquila, mas conflituosa. Esses confrontos promovem um movimento dinâmico que causa constantes mudanças em ambos os polos constitutivos dessa relação de oposição.

Assim, o estudo da subjetividade na perspectiva da Psicologia histórico-cultural possibilita ao pesquisador acessar e entender as manifestações do sujeito e suas determinações constitutivas. Isto porque suas ações individuais são geradas por uma síntese oriunda de múltiplas determinações, a partir da relação com o conjunto de mecanismos internos numa constante relação com fatores simbólicos elaboradas num dado momento histórico, produzindo o que poderíamos chamar de síntese subjetiva.

Desse modo, a compreensão das categorias da Psicologia histórico-cultural que por sua vez se ancoram no materialismo histórico e dialético permite a decomposição das estruturas constituintes do sujeito ou a localização dos polos e da alternância dialética de suas respectivas predominâncias. Esse movimento

auxilia o pesquisador a encontrar o núcleo de significação do sujeito para, em seguida, relacioná-lo com a totalidade das coisas, considerando as categorias que fundamentam pesquisas de cunho sócio-histórico.

REFERÊNCIAS

- AFANASIEV, V. G. **Fundamentos da Filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CARVALHO, E. **A produção dialética do conhecimento**. São Paulo: Xamã, 2008.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1983.
- GÓES, M. C. R.; CRUZ, M. N. Sentido e significado: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 31-45, 2006.
- HÚNGARO, E. M. **Modernidade e totalidade: em defesa de uma categoria ontológica**. 2001. 246 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LUKÁCS, G. **Arte e sociedade: escritos estéticos (1932-1971)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto: Escorpião, 1974.
- LÖWI, M.; NAÏR, S. **Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 1989.
- MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas: Autores Associados, 2015.
- MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da Psicologia Histórico-cultural e da Pedagogia Histórico-crítica. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, v. 16, n. 40, p. 283-283, 2012.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, A. S. **Sobre o problema do conhecimento nas ciências sociais**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1981.

PATY, M. Inteligibilidade racional e historicidade. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 19, n. 54, p. 369-390, 2005.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 442-590, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.